

Article

Justiça Ambiental e Ecologia Política: Entre sinergias e Benefícios Mútuos na Direção de Futuros Sociais Desejáveis

Maíra Sardão ¹ * , Pedro Gabriel Silva ² 

¹ Mestre (CETRAD/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal). ORCID: 0000-0001-8739-7976. E-mail: msardao@utad.pt

² Doutor (CETRAD/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal). ORCID: 0000-0002-0635-725X. E-mail: pgpsilva@utad.pt

*Correspondência: msardao@utad.pt

RESUMO

Este artigo reúne os principais debates promovidos pela Justiça Ambiental (JA) e sua aproximação à Ecologia Política (EP). Para tal, observaram-se as perspectivas teóricas que contribuíram para a evolução do conceito de JA, a forma como tem sido definido seu campo de investigação empírico, com destaque para os principais métodos e técnicas utilizados, assim como as sinergias resultantes do seu entrelaçamento com o campo da EP. Busca-se, com isso, entender a complexidade das atuais questões socioambientais e, ao final, identificar futuros caminhos de investigação de realidades fundamentadas na justiça social e ecológica. Neste sentido, optou-se pela revisão sistemática de literatura somada à revisão bola-de-neve. O tratamento bibliométrico permitiu agrupar os artigos pesquisados em quatro principais eixos de investigação, assim segmentados: 1. condições materiais com perspectivas à mudança; 2. relações de poder e resistências ao racional econômico; 3. politização das narrativas da sustentabilidade; 4. ativismo intercultural e emancipação dos atores. Mesmo diante da amplitude e diversificação das frentes teórico-empíricas utilizadas pelos autores dos artigos consultados, a ideia normativa de justiça unida à PE mostrou-se central nos múltiplos caminhos propostos na direção de futuros sociais desejáveis.

Palavras-chave: justiça ambiental; ecologia política; revisão sistemática de literatura; direito a ser; relações de poder.

ABSTRACT

This article gathers the central debates on Environmental Justice (EJ) and its relation to Political Ecology (PE). The theoretical perspectives that have contributed to the evolution of the concept of EJ are observed, considering the definition of its empirical field, highlighting the main methods and techniques used and the synergies that have resulted from its intertwining with PE. The aim is to understand the complexity of current socio-environmental issues and to identify future research paths on social and ecological justice. This article draws on a systematic literature review and on narrative literature review accessed through snowball methods. The researched articles were grouped into four research axes derived from the bibliometric treatment: 1. material conditions with perspectives for change; 2. power relations and resistance to an economic rationale; 3. politicization of sustainability narratives; 4. intercultural activism and actors' emancipation. Notwithstanding the theoretical-empirical breadth and diversity found in the literature, the normative idea of justice united with PE proved to be axiological when it comes to propose desirable social futures.

Keywords: environmental justice; political ecology; systematic literature review; right to be; power relations.



Submissão: 24/02/2022



Aceite: 03/05/2022



Publicação: 02/08/2022



1. Introdução

As consequências visíveis do aumento de temperatura de 1º Celsius no mundo (IPCC 2018), o uso excessivo anual da biocapacidade da natureza (Global Footprint Network 2020; Schaefer et al. 2006), a iminência de a floresta tropical amazônica e os recifes de coral do Caribe atingirem o ponto de ruptura (Cooper et al. 2020) são apenas alguns dos exemplos que ilustram o risco real de colapso ecológico global. Os fatores assinalados estão associados ao e são agravados pelo sistema de produção baseado num modelo econômico extrativista, cujo impacto ocorre de maneira e intensidade diferentes, afetando mais aqueles que já vivem em situações e territórios socioeconômicos vulneráveis (Acselrad et al. 2009; Althor & Witt 2020; Ribeiro 2019; Camisani 2018).

Inicialmente direcionada para confrontar os padrões socioeconômicos desiguais -tendo como referência a estratégia de luta usada nos movimentos pelos direitos civis -, a Justiça Ambiental (JA) focava-se, essencialmente, na questão da distribuição dos impactos e dos benefícios socioambientais. Por sua vez, os ecologistas políticos buscavam entender e explicar a causa das desigualdades e as relações de poder na gestão ambiental. A JA e a Ecologia Política (EP), sendo o primeiro entendido como um conceito e o segundo, uma área de estudo, centraram-se em realidades vividas no Norte e no Sul globais, respectivamente, e apresentaram preocupações bem demarcadas ao longo da evolução de suas perspectivas teóricas (Svarstad & Benjaminsen 2020; Benjaminsen & Svarstad 2018; Acselrad et al. 2009; Holifield 2015).

A expansão das frentes teóricas e o foco normativo na justiça (Benjaminsen & Svarstad 2018) contribuíram para a aproximação entre JA e EP. Entretanto, Svarstad e Benjaminsen (2020) questionam a tardia convergência, evidenciando a importância de se ampliar as reflexões sobre as sinergias e os entrelaçamentos entre JA/EP. Para London (2016), tal conexão tem a vantagem de se unir a complexidade teórica alcançada pelos ecologistas políticos aos aprendizados dos estudos da JA centrados nas experiências dos grupos afetados.

Supportado numa estratégia de acesso à produção científica que combina Revisão Sistemática de Literatura (RSL) com método bola-de-neve, este artigo busca reunir os principais debates promovidos no âmbito da JA e sua aproximação à EP. Isso envolve observar as perspectivas teóricas que contribuem para a evolução do conceito, a forma como tem sido definido seu campo de investigação empírico, os conhecimentos produzidos e as suas sinergias com a EP. O artigo objetiva, assim, sinalizar a evolução das abordagens teóricas, dos principais métodos e técnicas utilizados nos estudos empíricos, assim como identificar as contribuições provenientes da relação entre JA e EP, não só para entender a complexidade, como para enfrentar os desafios postos pelas atuais questões socioambientais. Ao final, espera-se ainda identificar futuros caminhos de investigação de realidades fundamentadas na justiça social e ecológica.

Na primeira parte do artigo, apresenta-se uma contextualização histórica e conceitual, seguida do detalhamento da metodologia utilizada para a recolha e a análise da literatura. Os resultados desse procedimento são apresentados na seção seguinte, na qual são contemplados os objetivos, métodos, referenciais teóricos e ideias-chave dos artigos selecionados. O artigo é finalizado com reflexões e potenciais linhas futuras de investigação.

Justiça Ambiental e Ecologia Política em Perspectiva Histórica e Conceitual

Reconhecendo-se a diversidade e a transterritorialidade de mobilizações e lutas com preocupação ambiental (Carruthers 2008), a JA tem entre seus marcos os movimentos antirracistas nos EUA, quando o movimento pela justiça ambiental (MJA) fez convergir as reivindicações sociais às ambientais. Nos anos de 1980, um estudo realizado por Bullard (1983) demonstrou que a composição racial de uma população era a principal variável a influenciar a seleção dos locais de instalação de aterros tóxicos nos Estados Unidos. Do resultado nasceu o termo *racismo ambiental*, cunhado pelo reverendo Benjamin Chavis, assim como tornou evidente as motivações das escolhas geográficas para deposição de matérias poluentes, tais como os baixos valores dos terrenos, a incipiente mobilização e representatividade política de seus habitantes e sua sub-representação nas agências reguladoras (Acselrad et al. 2009; Agyeman et al. 2016).

Os estudos e os debates realizados na época contribuíram para a articulação de diferentes grupos na primeira Cúpula Nacional de Lideranças Ambientalistas de Povos de Cor dos EUA, em 1991, quando foram aprovados seus 17 princípios basilares. Em contraponto aos posicionamentos "não no meu quintal" (NIMBY, na sigla em inglês), defendia-se a não exposição de nenhum grupo à poluição tóxica.



Tal postura imprimia um caráter solidário e internacional ao MJA, uma vez que se mobilizavam para que nenhuma outra população, agrupamento ou país ficasse refém dos acenos feitos por indústrias ou organizações com potencial para provocar degradação ambiental e social (Acselrad et al. 2009).

No início, os estudos em torno da JA centraram-se na concepção de justiça distributiva, inspirada pelo conceito liberal de justiça de John Rawls (Svarstad & Benjaminsen 2020). Procurava-se evidenciar os padrões desiguais dos impactos e benefícios socioambientais, sendo avaliados a partir de um tratamento sistemático de indicadores na dimensão socioterritorial, orientados, principalmente, para saúde humana (Svarstad & Benjaminsen 2020; Agyeman et al. 2016; Holifield 2015).

A necessidade de se entender o que determina a má distribuição contribuiu para adicionar o elemento reconhecimento à JA. Era preciso considerar as diferenças entre os grupos ou indivíduos nas relações sociais em termos de valores, práticas e pontos de vista que resultariam numa relação institucionalizada de desigualdade de poder e autonomia. Posteriormente, foram adicionados à JA outros dois elementos - justiça processual ou participativa e teoria das capacidades -, contribuindo para o que veio a ficar conhecido como JA Radical. O primeiro elemento observa os agentes envolvidos e integrados no processo de tomada de decisão, enquanto o segundo, as oportunidades de indivíduos ou grupos terem autonomia em escolher seu próprio modo de vida (Schlosberg 2007; Svarstad & Benjaminsen 2020).

Enquanto a designação MJA estava mais restrita à região do Norte Global, outras denominações eram utilizadas para movimentos semelhantes que ocorriam em latitudes mais ao Sul. Nestes, os integrantes das mobilizações tendem a construir suas reivindicações à volta do meio ambiente como fator de sobrevivência e como expressão de vida, a exemplo do ecologismo popular, ecologia de sustento ou ecologismo dos pobres (Camisani 2018; Martinez-Alier 2002).

As mobilizações e ações por JA na América Latina, diferentemente dos MJA nos EUA, apresentam desafios extras, tanto relacionados à disponibilidade e qualidade dos dados capazes de avaliar os impactos e suas correlações sociodemográficas, como quanto à própria posição espacial no quadro econômico internacional (Carruthers 2008). A situação confere táticas, repertórios e vocabulários de protesto (Guha 1990) que reforçam o peso tradicional das lutas sociais nas preocupações ambientais, a exemplo das lutas camponesas e das mulheres e dos movimentos populares abrangendo teologia da libertação e direitos humanos pós-ditaduras (Carruthers 2008). Mais recentemente, em 2001, destaca-se a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) com o propósito de denunciar e combater violações e danos ambientais impostos de forma desigual a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, política, étnica e cultural, além de promover debates e articulações políticas envolvendo diferentes atores (Acselrad et al. 2009).

Os movimentos pelo direito à autonomia e à autogestão cultural e territorial permitem problematizar os códigos e princípios jurídico-institucionais. Fundamentados no direito privado e no liberalismo econômico, esses instrumentos homologam a deterioração das condições de vida e a degradação socioambiental. Nesse processo, desencadearam-se mobilizações de resistência difusa, lideradas por coletivos e organizações não-governamentais com vista à flexibilização de tais procedimentos e ao reconhecimento das diferenças (Leff 2001).

Situada no discurso político, campo dos debates da EP, a busca pelo *direito a ser* veio a questionar a coisificação da natureza (Wolf 1966), a mercantilização da vida e a homogeneização das vivências culturais e coletivas. Neste sentido, contribui para a promoção de outras formas de pensar as relações produtivas fundamentadas na equidade social, na diversidade cultural e na sustentabilidade ecológica (Leff 2001; Escobar 1996).

2.1 Caminhos da EP

Creditada por Martinez-Alier (2002) a Eric Wolf (1972), a expressão EP traz para o entendimento dos impactos econômicos e políticos sobre o meio ambiente as dimensões sócio-políticas, em estreita associação à economia política e ao estudo das relações de poder (Benjaminsen & Svarstad 2018; Peet et al. 2010).

Os ecologistas políticos buscaram aprimorar seu repertório teórico-político, a fim de melhorar a qualidade e a compreensão dos dados e dos debates, tendo a consciência de que a produção de conhecimento é, em si, uma ação política (Holifield 2015). Influenciados



pelo pós-estruturalismo, nos anos 1990, estabeleceram reflexões sobre as verdades para, então, compreender as articulações entre o que Escobar (1996, 327) denomina de “exploitative capital” e “conservationist capital” e os sistemas natural e social, num discurso ancorado no racional econômico instrumental.

Segundo Bryant (2015, 14), o caráter interdisciplinar e a perspectiva analítica flexível da EP fizeram dela uma *conversa sem fim*, fundamentada na percepção de que o atual metabolismo social não é viável e no compromisso de se promover a justiça social e ecológica, sem, porém, haver consenso sobre o que é justiça e como alcançá-la.

Em meio ao dissenso, os debates na EP tomaram três frentes principais: a dos impactos do sistema de produção e consumo capitalista sobre o meio ambiente; a das formas de controle sobre o ambiente via proteção, conservação e gestão; e da produção de *novas naturezas* sob a lógica e metas capitalistas (Peet et al. 2010). Esta última frente viabilizou a formação de uma *reserva de capital* com apropriação do conhecimento local e da biodiversidade via biotecnologia e patentes (Escobar 1996). Ao ocupar um espaço subalterno no plano político-econômico global, as regiões latino-americanas, por meio da sua biodiversidade e estrutura social, vêm a satisfazer essas necessidades impostas pelos regimes vigentes de acumulação, exploração e despossessão. O que resulta em absorver as consequências de uma integração desigual, mas também ver aflorar táticas e estratégias de resistências próprias (Alimonda 2011, 2015).

No plano interno da EP, notam-se tensões quanto ao entendimento do significado de ecologia e de política no campo teórico, podendo haver sobreposição da ecologia e da ciência natural sobre a teoria social e política, ou vice-versa. Para Danowski e Viveiros de Castro (2015, 22), essa tensão poderia apontar para o risco de se restaurar o dualismo Natureza/Cultura, em que a ecologia política deixa de ser um “pleonasma meramente enfático”.

Outros enfrentamentos na EP situam-se na defesa argumentativa entre os limites ambientais ou a escassez de recursos e na própria hierarquização e localização geográfica da produção científica (Benjaminsen & Svarstad 2018; Vayda & Walters 1999; Bryant 2015). Entretanto, o reconhecimento das lutas pela equidade e a oposição à “capitalização da natureza” (Leff 2001, 54) tendeu a afirmar-se como uma referência comum, proporcionando, assim, o estabelecimento de conexões à JA. Nas palavras de Alimonda (2005, 9), “la Ecología Política debe traer implícita já reflexión sobre la democracia y sobre la justicia ambiental como ampliación y complementación de los derechos humanos y de ciudadanía”.

2.2 Similaridades e Divergências

O movimento de aproximação entre JA e EP pode ser percebido pelas abordagens alternativas da JA, a exemplo da JA radical e crítica, da maior preocupação com os processos político-econômicos produtores da desigualdade, e da conexão dos conflitos locais aos processos que extrapolam o plano local. JA e EP dialogam a partir dos conceitos de equidade e de *racismo ambiental*, no entanto, os ecologistas políticos criticam os estudos em JA quando excessivamente centrados na empiria, incorrendo no risco de se tornarem apolíticos, e quando invisibilizam os atores ou homogeneizam as diferenças internas dos grupos na teoria das capacidades (Holifield 2015; Svarstad & Benjaminsen 2020). Na Tabela 1, são sintetizados os principais contrapontos entre EP e JA e alguns dos seus respectivos marcos.

Ao moverem-se em termos espaciais e teóricos, os estudos em EP e JA evidenciam um aumento no interesse da EP pelos MJA no sentido de entender suas estratégias, dinâmicas e ações (Holifield 2015) e na possibilidade de se beneficiar da sistematização dos princípios da justiça distributiva (Svarstad & Benjaminsen 2020). Destas movimentações, ascendem novos campos na EP, como o feminista (entre os anos 1980-90), o urbano (2000) e, mais recentemente, o materialista e decolonizador indígena (Bryant 2015, 15).

Por sua vez, a JA passou a ir além do caráter reativo para propor transformação e reestruturação, por exemplo, do fluxo material da vida cotidiana e a internacionalizar o debate, incluindo mudança climática, direitos humanos, produção energética, entre outros (Agyeman et al. 2016; Chakraborty et al. 2016). Essa expansão pode ser observada nos diferentes quadros conceituais de JA ao longo dos últimos 30 anos, em que, para além da JA radical (considerada convencional) e crítica, se somaram os enquadramentos abolicionistas-decoloniais e decolonial-interdimensional (Menton et al. 2020). Parte dessa expansão inclui o interesse crescente nas relações humanas e não humanas e no trabalho junto às comunidades (Agyeman et al. 2016).


Tabela 1. Comparativo das principais diferenças entre Ecologia Política e Justiça Ambiental

	Ecologia Política	Justiça Ambiental
Nascimento	Anos 1970-1980, geógrafos e antropólogos focados na região rural do Sul Global	Anos 1980, movimentos sociais nos EUA*
Abordagem inicial	Dinâmica das condições biofísicas em escala local	Impactos das condições ambientais na saúde humana
Foco	Manifestação do poder e das questões materiais	<i>Rational choice</i> e <i>Systems models</i>
Evolução inicial do foco	Aperfeiçoamento do repertório teórico político	Aperfeiçoamento dos métodos de análise quantitativos
Proposta	Explicar a causa das desigualdades	Responder a padrões socioambientais desiguais**
Influências teóricas	Economia política (Marx); Governabilidade (Foucault); Estudo dos camponeses (Eric Wolf; James Scott); Abordagem crítica (Escola de Frankfurt)	Teoria da justiça (John Rawls); Teoria do Reconhecimento e Teoria participativa (Iris Young, Nancy Fraser, Axel Honneth e Charles Taylor); e Teoria das capacidades (Amartya Sen e Martha Nussbaum)
Metodologia principal	Qualitativa e estudos de caso	Descrição quantitativa
Definição	Campo de estudo	Conceito, tópico ou fenômeno

* Desde os anos 1800, no entanto, já havia movimentos da população negra pelo direito ao reconhecimento e à autonomia, evidenciando segregação e racismo ambiental (Taylor 2000). Da mesma forma, Carruthers (2008) observa que mobilizações e ativismos com demandas ambientais já existiam em diferentes partes do mundo, mas com características, práticas e discursos próprios, que não necessariamente eram reconhecidos pelas correntes ocidentais dominantes.

** Associados, direta ou indiretamente, ao modelo de produção e consumo capitalista e à sua organização social, marcada pelas desigualdades étnicas, culturais e socioeconômicas (Bullard 1983; Camisani 2018).

Fonte: Compilado a partir de Benjaminsen e Svarstad 2018; Holifield 2015; Schlosberg 2007; Svarstad e Benjaminsen 2020.

De acordo com Carruthers (2008, 14), a JA é definitivamente global, devendo ser percebida como “a malleable discourse that presents elements of both Northern and Southern forms of environmental consciousness”. Para o autor, a flexibilidade discursiva e prática estimula novas ideias e respostas aos desafios sociais e ambientais das regiões.

3. Metodologia

Dois procedimentos de levantamento e tratamento de dados interdependentes foram adotados para tratar a evolução dos principais debates em JÁ na sua relação com o campo da EP.

Inicialmente, a fim de compreender os atuais debates teóricos e seus principais marcos, optou-se por centrar a consulta e a revisão de conteúdos especialmente em livros, capítulos de livros e artigos mais recentes. Este método, entretanto, por estar suscetível a vies ou omissão em função do processo de seleção estabelecido (Grant & Booth 2009), foi complementado por uma pesquisa em cadeia de referências para frente e para trás, tanto por autor, quanto por estudo (Xiao & Watson 2019), além de observar recomendações estabelecidas para revisões sistemáticas, nomeadas por PRISMA (Page et al. 2021).



A partir desta primeira etapa, foram mapeados os principais autores e estudos em cada campo do conhecimento, incluindo a identificação de publicações inaugurais disponíveis nas bases de dados indexadas Scopus e Web of Science (WoS). Deu-se, assim, um primeiro passo no desenho metodológico, decisivo para fundamentar a escolha das palavras-chave e fornecer conteúdo para a próxima etapa.

Os termos usados nas buscas foram “environmental justice”, “political ecology” e variações da palavra economia (*econom*) e social (socio* ou social). A testagem das bases resultou em 74 documentos disponíveis na Scopus e 78 na WoS. As etapas seguintes envolveram a eliminação dos conteúdos duplicados e a limitação das publicações a artigos, revisões e comunicações em conferências que tivessem ao menos uma das duas palavras-chave (“Environmental Justice” ou “Political Ecology”) definidas pelos autores ou pelas bases de dados (Index ou Plus). Obteve-se como resultado 74 documentos únicos, publicados majoritariamente em inglês (90,5%), porém, também em português (4%), espanhol (2,7%), italiano e alemão (1,35% cada). A predominância do idioma inglês evidencia uma potencial limitação deste estudo¹, ao ter entre os artigos analisados uma maior representatividade das produções científicas que podem estar vinculadas à corrente anglo-saxã, em detrimento da francesa e, principalmente, da latino-americana, mesmo quando seus enfoques empíricos estão distribuídos pelos diferentes continentes (vide seção 4.1).

A fim de mapear a dinâmica e as relações estabelecidas entre os estudos selecionados, optou-se pelo tratamento bibliométrico das informações. Tendo por unidade de análise a palavra-chave, explorou-se a evolução dos temas de pesquisa por meio dos critérios de coocorrência, termos mais utilizados ao longo do ano e evolução dos conceitos. A análise de cocitação, por sua vez, permitiu revelar linhas de pesquisas seminais e o acoplamento bibliográfico, identificar as produções com referenciais próximos (Zupic & Čater 2015).

Recorreu-se às ferramentas de visualização VosViewer e Rstudio. A primeira, para evidenciar conexões, a segunda, para complementar a análise temporal e evolutiva dos termos (van Eck & Waltman 2010).

4. Análise dos resultados

Os estudos relacionando JA ao campo da EP têm crescido ao longo dos anos, em particular a partir de 2009, com ênfase para os últimos seis anos. A média desse período foi de oito artigos por ano, alcançando pico de 14 publicações em 2019. Os 74 artigos estão distribuídos entre mais de 50 revistas, sendo as principais a *Journal of Political Ecology* (sete), a *Geoforum* (quatro) e a *Ecological Economics* (cinco).

A partir da ferramenta Vosviewer, pode-se explorar a evolução temática e as potenciais tendências por meio da análise de coocorrência de todas as palavras-chave, relacionando-as por ano médio das publicações (van Eck & Waltman 2010). Foram 126 termos a contemplar o número mínimo de duas incidências. Como JA e EP foram os critérios base da pesquisa, optou-se por sua exclusão no momento da visualização, facilitando, assim, a identificação e a relação entre as outras palavras (Figura 1).

¹ Para minimizar possíveis vieses da RSL, buscou-se complementar a pesquisa com a leitura de fontes que emanam de diferentes perspectivas histórico-culturais (vide seção 1). O acréscimo de outras bases de dados, no entanto, pode ser um caminho recomendado para dirimir essas limitações.

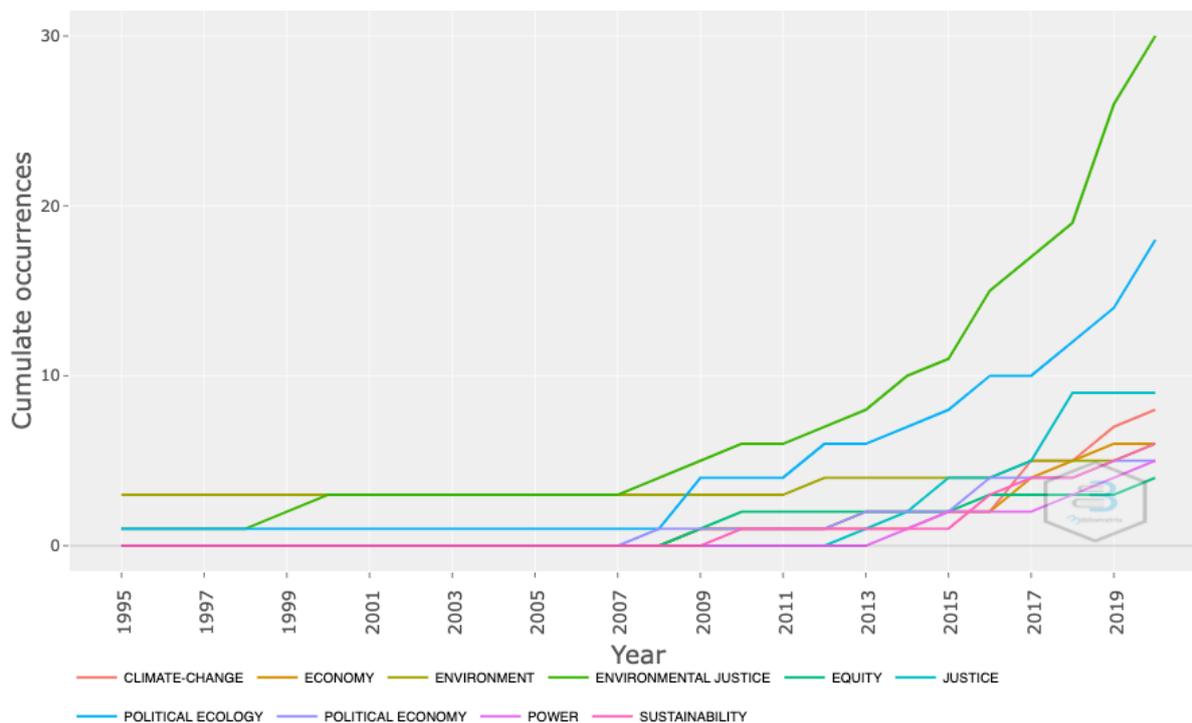


Figura 2. Visualização do crescimento das 10 palavras-chave indexadas

Recorrendo ao Vosviewer, atentando na ocorrência de cocitações, buscou-se identificar as linhas de pesquisa seminais das publicações selecionadas. Como se pode verificar por meio da Figura 3, a base conceitual revelou-se bem demarcada em dois *clusters*, representados por autores de referência, em especial, para a EP (vermelho) e para a JA (verde). A unidade de análise foi por autor, com no mínimo 15 citações, resultando em 13 conexões, sendo Schlosberg um autor central e Martinez-Alier o que mais citações recebe (79), seguido por Swyngedouw (41).

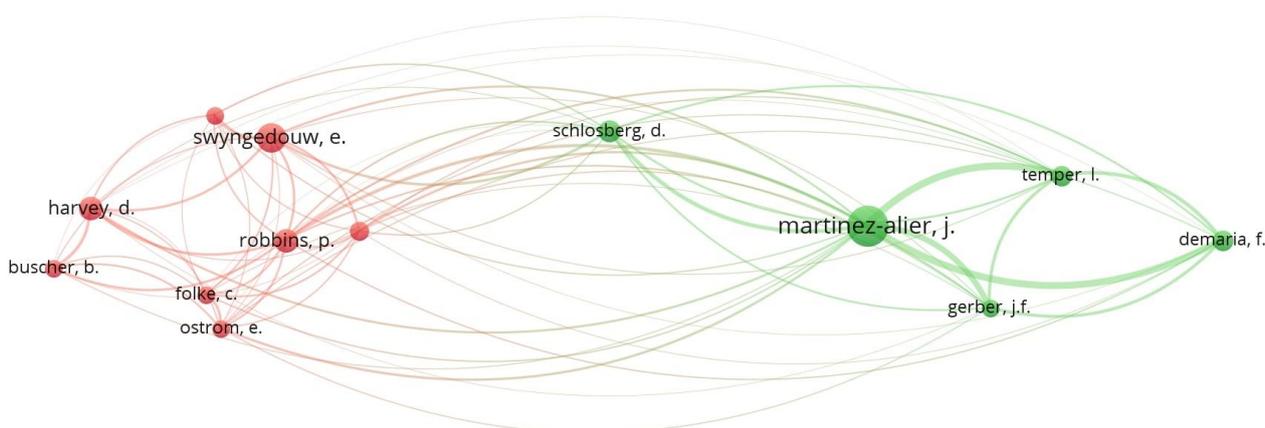


Figura 3. Visualização da rede de coocorrência por autores



Com o objetivo de estabelecer conexão entre os artigos das bases pesquisadas, optou-se pelo acoplamento bibliográfico, resultando em 23 documentos segmentados em quatro *clusters* (Figura 4).

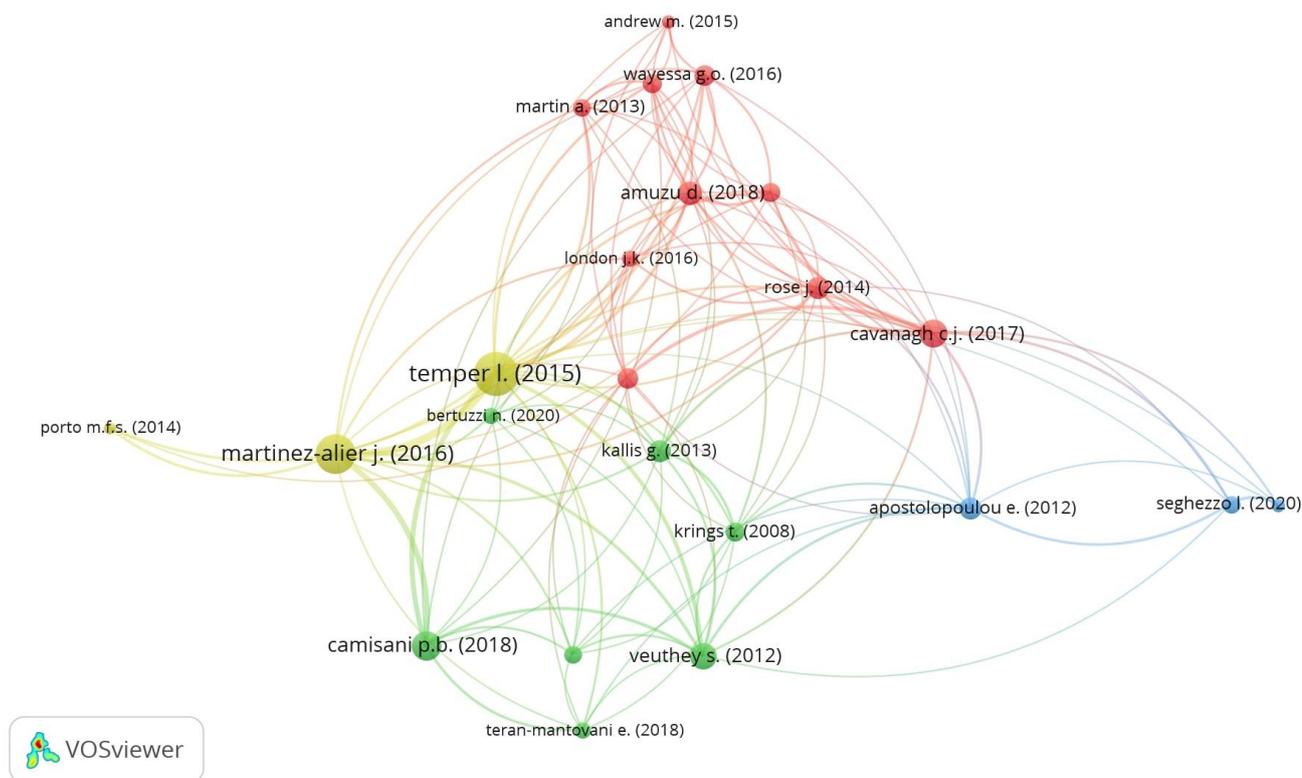


Figura 4. Visualização da rede de acoplamento bibliográfico por documentos

Cada grupo está discriminado nas tabelas seguintes (*clusters* de 1 a 4), nas quais estão contemplados os objetivos, métodos, referenciais teóricos e resultados de cada artigo, além das convergências e lacunas por agrupamento.

Cluster 1 – Condições materiais e o caminho para a ‘semente’

Artigo	Local	Objetivo	Método	Referencial Teórico	Resultado
(Amuzu 2018)	Accra, Gana	Examinar a relação entre reciclagem informal e injustiças socioambientais em ambiente urbano	Estudo de caso	EP Urbana e JA	Lutas continuadas entre diferentes atores geram conflitos, cerceamentos e abusos, criando resistência local e movimento social
(Cavanagh & Benjaminsen 2017)	Global	Analisar discursos e iniciativas da economia verde sobre as ‘sustentabilidades alternativas’	Teórico conceitual	Economia Verde e EP	Entendimento para que política de transições de longo prazo envolva, no presente e em diferentes escalas, iniciativas de mudança radical



(Hilbert & Werner 2016)	NY, EUA	Entender alternativas de grupos comunitários adequarem metabolismo energético local	Estudo de caso	EP Urbana	Evidencia possibilidades de remodelar processos sionaturais para uma mudança e reequilíbrio do metabolismo urbano
(London 2016)	Califórnia, EUA	Apresentar o papel das regiões nos movimentos de JA pelo clima	Estudo de caso	EP e JA	Entendimento das interações entre movimentos e entidades governamentais podem perturbar e ajustar os sistemas em prol da JA
(Wayessa & Nygren 2016)	Oromia, Etiópia	Avaliar experiências e resultados dos assentamentos feitos pelo estado	Método misto	EP e JA	Verificada distribuição e reconhecimento desigual entre reassentados e locais, limitando recuperação social
(Andrew et al. 2015)	Kalimantan Central, Indonésia	Apresentar a implementação do programa de REDD+ em termos de governabilidade	Estudo de caso	EP	Práticas e interesses diversos conferem fluidez ao programa, criando oportunidades transversais e justiça ambiental e social
(Stavis & Felli 2015)	Global	Avaliar como os sindicatos lidam com 'transição justa'	Estudo de caso	JA e estrutura 'Just transition'	Matriz abrangente de transição socioecológica aumenta consciência da importância dos sindicatos como atores ambientais
(Rose 2014)	Local	Refletir sobre 'natureza' e seus significados a partir das experiências de indivíduos 'sem-teto'	Etnografia	JA e social críticas	Evidencia a importância de uma abordagem crítica e proativa na direção de alternativas para injustiças identificadas
(Martin 2013)	Global	Explorar perspectiva 'global' da justiça e avaliar diferentes questões ambientais	Análise documental	JA	Enquadramento global pode evidenciar práticas geradoras de injustiças; potencial localização de novas lutas ambientais a partir de temas emergentes



(Dourish 2010)	Global	Examinar discurso da interface humana de computador (HCI) para práticas ambientais	Teórico conceitual	PE	Necessária incorporação política-teórica na construção e na experiência com as tecnologias da informação
----------------	--------	--	--------------------	----	--

Os artigos contidos neste agrupamento podem ser segmentados em duas vertentes, não excludentes entre si, em que parte se centra na exposição das relações de poder e interesse entre grupos comunitários e instituições governamentais, e outra propõe reflexões teóricas sobre construções sociais, a exemplo dos termos “regionalismo”, “região”, “global”, “natureza” e “sem-teto” para observar e analisar questões materiais. Em comum, buscam indicar a reconfiguração da realidade de modo socioambientalmente justo, seja pela abordagem da *just transition* para uma economia verde (Stevis & Felli 2015), seja por meio do design político de interface humana de computador – HCI em inglês (Dourish 2010) –, como também por políticas de transição em múltipla escala (Cavanagh & Benjaminsen 2017) ou no acolhimento da diversidade em vez de buscar consolidações de abordagens pré-existentes (Andrew et al. 2015).

Dentre as sugestões de linha de pesquisa, estão: (i) estudar como incorporar as opiniões e perspectivas dos diferentes atores do contexto urbano de Gana ao modelo de Responsabilidade Ampliada do Produtor e identificar disposição para aceitação dos seus princípios-chave (Amuzu 2018); (ii) ampliar estudos, pelos ecologistas políticos, que exponham iniciativas alternativas radicais fundamentadas na sustentabilidade e na justiça socioambiental; e (iii) lançar luz, de forma realista, sobre as diferentes dinâmicas alternativas e dos contramovimentos (Cavanagh & Benjaminsen 2017).

Quanto a recomendações, assinalam-se: (i) a necessidade de haver um reconhecimento e consideração pela entidade governamental, no caso dos assentamentos, quanto às condições de reprodução da vida no novo espaço para os grupos impactados pela decisão, sejam os assentados e/ou os anfitriões (Wayessa & Nygren 2016); e (ii) os padrões de eficiência na produção e as medidas de conservação devem estar subjugadas às necessidades humanas compatíveis aos limites ambientais, assim como ser democraticamente decididas, para não se revelarem inúteis (Stevis & Felli 2015).

Em parte dos artigos do segundo agrupamento (vide tabela Cluster 2 – Relações de poder e resistências ao metabolismo social extrativista), observam-se potenciais frentes de trabalho, entre elas: (i) reproduzir pesquisas com organizações europeias de movimentos sociais para avaliar seus entendimentos a respeito da dimensão europeia e do tipo de democracia almejada; (ii) atualizar os dados obtidos devido à recém-eleição do quadro de parlamentares europeus e da Comissão Europeia (Bertuzzi 2020); e (iii) avaliar, num estudo de sustentabilidade, não só como os Petro-Estados lidam com os conflitos ambientais, mas também como influenciam as estruturas gerais das lutas sociais (Teran-Mantovani 2018).

Em outros três artigos, por sua vez, o destaque é para a reflexão em torno da construção de realidades alternativas. No caso mexicano, foi proposto adotar ações e políticas de combate à pobreza e à falta de trabalho na própria localidade, a fim de evitar deslocamentos de população para o ambiente urbano. Dentre as iniciativas estão o restabelecimento dos solos, das áreas abandonadas e a revalorização dos recursos (Rincón et al. 2019). Quando se discute a valorização econômica de recursos e serviços ambientais, a recomendação é evitar decisões polarizadas e optar por ações transitórias e intermediárias como forma de alcançar uma mudança sistêmica futura (Kallis et al. 2013). Um caminho pode ser o indicado por Veuthey e Gerber (2012), ao propor a redução dos padrões de consumo, em especial do Norte Global. Os autores também assinalam a importância da transferência de poder para outros setores da sociedade para, assim, influenciar a lógica dos processos de acumulação por meio da despossessão (Veuthey & Gerber 2012).



Cluster 2 – Relações de poder e resistências ao metabolismo social extrativista

Artigo	Local	Objetivo	Método	Referencial teórico	Resultado
(Bertuzzi 2020)	Itália	Investigar como ativistas lidam com questões sociais, políticas e ambientais sob dimensão da UE	Estudo de caso comparativo	Teorias democráticas 'verde' x 'ecológica'	Entendimento da situação ambiental como crítica, mas polarização nas soluções propostas. Antropoceno x Capitaloceno
(Rincón et al. 2019)	México Central	Evidenciar a relação entre urbanização e subjugação de experiências rurais	Estudo de caso múltiplo	EP e JA	A expansão urbana e incorporação das terras rurais minam a própria continuidade das cidades
(Camisani 2018)	Sri Lanka	Identificar como as atividades voltadas para o crescimento econômico resultam em conflitos socioambientais	Estudo de caso múltiplo	Ambientalismo dos pobres (JA)	Atesta que os conflitos resultam da expansão do metabolismo social e de sua distribuição desigual
(Teran-Mantovani 2018)	Venezuela	Mostrar padrões histórico-estruturais de poder no contexto da economia petrolífera nacional	Estudo de caso múltiplo	EP	Aumento dos conflitos distributivos e maior adesão provável à pauta ambiental para além dos povos indígenas
(Kallis et al. 2013)	Global	Entender o processo de valoração econômica da natureza	<i>Grounded Theory Approach</i>	EP e economia ecológica	Avalia a necessidade de se adotar ações intermediárias e transitórias
(Veuthey & Gerber 2012)	Muisne, Equador	Analisar causas, expansão e consequências do conflito local	Estudo de caso	EP Feminista	Conflito evidenciou importância do reconhecimento e resultou no fortalecimento feminino
(Krings T 2008)	Global	Refletir sobre a evolução geográfica, temporal e conceitual da EP	Teórico conceitual	EP	Observa as influências das reformas econômicas neoliberais sobre as relações humanas-ambientais

A mudança nas estruturas de poder é percebida como essencial para o processo de transformação radical, sendo as assimetrias tratadas, não só em termos de atores sociais, como, também, de agentes geográficos. Observar os conflitos ambientais, para Camisani (2018), é um meio de entender as interações homem-natureza em suas várias dimensões, tendo um papel de refrear os impactos do metabolismo social extrativista. Conforme expôs Bertuzzi (2020, 310) sobre as mobilizações em curso, “studying their structures, strategies, frames, and outcomes will be a central topic in the general panorama of social movement studies over next years”.



Cluster 3 – Sustentabilidade e questionamentos regenerativos

Artigo	Local	Objetivo	Método	Referencial teórico	Resultado
(Seghezzo et al. 2020)	Norte da Argentina	Avaliar a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola na região do charco argentino	Multimétodo participativo	Estrutura de análise dos sistemas socioecológicos (SEs) e EP	Percepção dos agricultores de que suas práticas não são sustentáveis e índice de sustentabilidade (SI) indicam relação entre habilidades individuais, capacidades institucionais e comprometimento
(Mikulewicz 2019)	São Tomé e Príncipe	Escrutinar a resiliência e o desenvolvimento resistente ao clima no âmbito da adaptação local	Estudo de caso, semi-etnográfico	Teoria Pós-Política e EP	Adaptação e resiliência devem estar conectadas aos desafios causadores das injustiças e dos impactos socioambientais
(Apostolopoulou et al. 2012)	Grécia	Identificar empecilhos de se adotar uma visão integrada, ‘humano-natureza’	<i>Grounded Theory Approach</i>	SEs e EP	Identificação das barreiras enfrentadas: conservação pela exclusão, visão despolitizada e confiança na mercantilização da “experiência ambiental”

Há, também, neste agrupamento, uma convergência entre os estudos para a busca de caminhos alternativos por uma reintegração das qualidades humanas às atividades socioeconômicas. As propostas passam pela politização das narrativas, sob as lentes da EP, evidenciando as relações de poder existentes nas decisões relativas à conservação da biodiversidade, nas políticas agrícolas e de resiliência climática, bem como em seu discurso (Seghezzo et al. 2020; Mikulewicz 2019; Apostolopoulou et al. 2012; Escobar 1996).

Quanto a potenciais linhas de investigação, os autores propõem: (i) dar continuidade a avaliações amplas e participativas da agricultura local como meio de coleta de dados para decisões e estratégias mais bem informadas; (ii) expandir o estudo e a aplicação da sustentabilidade autorrelatada (Seghezzo et al. 2020); (iii) produzir conhecimento científico-metodológico crítico e político sob a perspectiva da justiça climática para além da resiliência climática (Mikulewicz 2019); (iv) identificar de forma mais clara as inter-relações entre os fatores socioeconômicos, políticos, ambientais e institucionais para contribuir com políticas de conservação capazes de integrar homem-natureza (Apostolopoulou et al. 2012).


Cluster 4 – Ativismo intercultural e emancipação

Artigo	Local	Objetivo	Método	Referencial teórico	Resultado
(Porto 2019)	Brasil / Sul Global	Refletir sobre a emancipação na promoção da saúde (EPH) via práticas culturais alternativas	Análise temática	EP, abordagens pós-coloniais e metabolismo social	Entendimento da importância dos diálogos interculturais para a EPH
(Martinez-Alier et al. 2016)	Global	Responder à pergunta do título a partir dos resultados do EJAtlas	Documental, Estudo de caso	Conceitos de JA	Existência de um movimento global por JA mesmo que os conflitos sejam majoritariamente locais
(Temper et al. 2015)	Global	Apresentar o processo de construção da ferramenta EJAtlas	Documental, Estudo de caso	JA e metabolismo social	Contribuição para uma investigação sistêmica sobre conflitos socioambientais e relações de poder

Os autores assinalam novas frentes de trabalho e pesquisa, apostando na coleta de dados e na explicitação de experiências de diferentes grupos ao redor do globo como uma proposta para respostas alternativas ao padrão de crescimento econômico insustentável, quando o que tem sido observado é uma intensificação do metabolismo social (Martinez-Alier et al. 2016; Temper et al. 2015; Porto 2019). Em particular, foram indicados como futuras linhas de pesquisa: (i) construir narrativas interculturais amparadas no reconhecimento e coexistências; (ii) expandir informações do EJAtlas para permitir identificar as conexões causais e análise de mais casos; (iii) reduzir o desequilíbrio dos dados do EJAtlas em termos geográfico e temática; (iv) avaliar criticamente as teorias e as narrativas empregadas na ferramenta para ampliar a diversidade; e (v) fortalecer pesquisas colaborativas sobre os conflitos ambientais num plano macro.

4.1 Métodos e referenciais teóricos

Os 23 artigos avaliados demonstraram uma preferência por estudos de casos (13), podendo ser múltiplo, comparativo e, também, uma modalidade *semietnográfica*², enquanto três optaram por uma abordagem teórico-conceitual e dois pela teoria enraizada (Grounded Theory Approach), entre outros métodos utilizados. Em termos de escala, uma parte dos estudos avaliou o nível global (oito), outra, o local (sete), ficando os demais entre o nacional (cinco) e o regional (três).

Os estudos localizam-se, quando identificados, na América Latina (cinco), África (três) e, com duas publicações cada, no Sul Asiático, na Europa e nos EUA. Quanto ao referencial teórico, percebe-se uma preferência pela EP exclusivamente ou em conjunto a outros conceitos (13), enquanto JA (só e com outros conceitos) esteve em seis artigos, e EP e JA, em quatro.

5. Discussão

Os quatro *clusters* evidenciaram uma segmentação das investigações: o primeiro reuniu estudos centrados nas condições materiais com perspectivas à mudança; o segundo centrou-se nas relações de poder e resistências ao racional econômico; o terceiro, na politização das narrativas da sustentabilidade e; o quarto, no ativismo intercultural e na emancipação dos atores.

² “Quasi ethnographic”, na expressão de Mikulewicz (2019, 2).



A perspectiva da justiça distributiva integrou, maioritariamente, os estudos analisados. Quanto aos outros três elementos da JA radical (reconhecimento, participação e capacidades), mesmo quando não nomeados, podem ser identificados quando evidenciada a necessidade de reconhecimento cultural, da autonomia de outras formas de vida e dos processos participativos.

Ao observar o referencial teórico de subgrupos, nota-se a presença da EP Feminista no agrupamento das relações de poder (Veuthey & Gerber 2012), enquanto a EP Urbana traz a análise das condições materiais e aborda as questões relativas à reciclagem de resíduo eletrônico (Amuzu 2018) e à pobreza energética (Hilbert & Werner 2016). Quanto a outros conceitos mobilizados, no agrupamento 3 é de salientar a análise dos sistemas socioecológicos, tanto para avaliar a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola no charco argentino (Seghezze et al. 2020), como para identificar, no quadro das estratégias para a conservação da biodiversidade na Grécia, os empecilhos resultantes da adoção de visões centradas no dualismo humano-natureza (Apostolopoulou et al. 2012).

Nesta base de 23 publicações analisadas, não se notou uma restrição territorial dos discursos, uma vez que os estudos contemplaram os debates latino-americanos, europeus, sul-asiáticos e africanos, além dos estudos em escala global (Bryant 2015). Ressalva-se, entretanto, que as produções teóricas estiveram menos circunscritas à corrente latino-americana da EP.

De forma transversal, os *clusters* 1 e 3 promoveram a politização e a desconstrução de termos caros à ideia de sustentabilidade no contexto neoliberal, como, por exemplo, conservação da biodiversidade, políticas agrícolas e resiliência climática (Seghezze et al. 2020; Mikulewicz 2019; Apostolopoulou et al. 2012; Escobar 1996), além de terem conduzido reflexões teóricas sobre conceptualizações decorrentes de construções sociais (a exemplo de “regionalismo”, “global”, “natureza” e “sem-teto”) para analisar questões materiais. Situados no discurso político, buscavam indicativos para reconfiguração de uma realidade socioambiental justa, cujos caminhos revelaram sua diversidade imaginativa.

No entanto, como foi observado por Benjaminsen e Svarstad (2018), os artigos trazem em si uma postura mais combativa (*machado de guerra*) do que de *semente*. Em comum reconhecem o papel das lutas pela equidade e a oposição à “capitalização da natureza” (Leff 2001, 54), em que artigos do *cluster* 2 consideram essencial a mudança nas estruturas de poder para uma transformação radical, seja pela observação dos conflitos ambientais (Camisani 2018), seja pelo estudo das mobilizações dos movimentos sociais (Bertuzzi 2020). No *cluster* 3, por sua vez, a via proposta dá-se pela desconstrução de narrativas e, no 4, pela explicitação de experiências de diferentes grupos para evidenciar respostas alternativas ao padrão de crescimento econômico insustentável (Martinez-Alier et al. 2016; Temper et al. 2015; Porto 2019).

No atual contexto, a biodiversidade tende a ser mercantilizada e apropriada de acordo com os valores da economia de mercado, o que significa em subjugação da preservação ambiental aos interesses privados (Leff 2001). Para Kallis et al. (2013), relativamente à valorização econômica de recursos e serviços ambientais, deve-se evitar decisões polarizadas e optar por ações transitórias e intermediárias como forma de alcançar uma mudança de sistema no futuro.

6. Considerações finais

Esta RSL permitiu compreender os atuais debates teórico-conceituais da JA junto à EP e seus principais marcos, além de ser possível explorar como tem sido definido o campo empírico e suas lacunas de investigação. Além do marco eminentemente descritivo, a metodologia usada na triagem e análise da literatura mostrou-se uma oportunidade para ampliar as reflexões sobre as sinergias e os entrelaçamentos conceituais e teóricos da JA/EP, uma linha de investigação que tem visto crescer o volume de publicações.

Os artigos identificados a partir da RSL revelaram uma coletânea diversificada e complexa das reivindicações dos sujeitos-agentes estudados em volta do *direito a ser* (Leff 2001), com recomendações para uma reconfiguração da racionalidade produtiva e distributiva em respeito e em concordância com distintas ontologias. Essa construção envolve um exercício contínuo de desconstrução das *verdades* (Escobar 1996), passando pelo questionamento dos dispositivos jurídico-institucionais, atualmente “inapreensíveis, ininteligíveis e ilegisláveis” perante o ser coletivo e as ditas externalidades ambientais (Leff 2001, 361). Envolve, ainda, o refletir sobre a governabilidade, no sentido de atentar ao processo de internalização e aceitação do poder soberano, nas palavras de Peet et al. (2010), nas questões estruturais e materiais da vida.



Ao examinar criticamente as relações de poder, as abordagens da JA expuseram as vozes dos movimentos coletivos por seu direito à autonomia e à autogovernança conforme sua visão de mundo. Isso inclui garantir as diferenças biológicas e culturais, além da interação humano/não-humano e natureza, e dar visibilidade a novos arranjos socioambientais (Leff 2001; Schlosberg 2007).

O reconhecimento do complexo quadro de crise ecológica passa pela capacidade de poder imaginar novas possibilidades e padrões de interações e por incluir no movimento da JA o trabalho e a luta coletiva pela participação política e pelo reconhecimento das identidades e dos vínculos. Como afirmaram Acselrad et al. (2009, 76), “a desigualdade social e de poder está na raiz da degradação ambiental”, sendo necessário promover a justiça social para se “enfrentar a crise ambiental”.

A literatura analisada assinala a importância de uma apuração mais bem cuidada e detalhada da realidade ambiental no campo da EP, evitando afirmações imprecisas dos eventos político-ambientais e potencial *romantismo verde* (Vayda & Walters 1999; Benjaminsen & Svarstad 2018). Os autores percebem uma vantagem na união de abordagens teórica-metodológica entre JA e EP, em que a primeira possui os aprendizados centrados nas experiências de grupos e movimentos e tratamento sistemático dos princípios da justiça distributiva, enquanto a outra dispõe de repertório teórico-político robusto das estruturas e lógicas de poder e capital (Svarstad & Benjaminsen 2020; London 2016).

A literatura consultada tanto expõe lacunas teórico-conceituais como recomenda futuras investigações sobre a relação JA/EP. Tais recomendações, sintetizadas em sete eixos, sinalizam possíveis caminhos para a construção de economias alternativas e outros futuros sociais desejáveis:

1. ampliar estudos, pelos ecologistas políticos, que exponham iniciativas alternativas radicais fundamentadas na sustentabilidade e na justiça socioambiental;
2. lançar luz, de forma realista, sobre as diferentes dinâmicas alternativas e dos contramovimentos (Cavanagh & Benjaminsen 2017);
3. contextualizar os padrões de eficiência na produção e as medidas de conservação no campo das necessidades humanas compatíveis aos limites biofísicos e às decisões democráticas (Stavis & Felli 2015);
4. expandir o estudo e a aplicação da sustentabilidade autorrelatada (Seghezze et al. 2020);
5. produzir conhecimento científico-metodológico crítico e político sob a perspectiva da justiça climática que seja capaz de ir além da resiliência climática (Mikulewicz 2019);
6. observar decisões não polarizadas e ações transitórias e intermediárias como forma de alcançar uma mudança sistêmica futura no âmbito da valoração econômica ambiental (Kallis et al. 2013);
7. observar a redução dos padrões de consumo, em especial do Norte Global, e a transferência de poder para outros setores da sociedade a fim de influenciar na lógica dos processos de acumulação via despossessão (Veuthey & Gerber 2012).

Reconhecer a amplitude e a diversificação dessas frentes revela a necessidade de se considerar a multiplicidade de caminhos para futuros sociais desejáveis, dada a pluralidade e heterogeneidade de contextos. No entanto, a ideia de justiça unida ao fio condutor da PE deve estar presente em qualquer que seja o caminho (Bryant 2015; Agyeman et al. 2016). Como afirma Bryant (2015), é necessário que o estudo seja *útil* para a concepção de um mundo mais justo em termos sociais e ecológicos. Ou seja, para que se possa, como Cavanagh e Benjaminsen (2017) sugerem, plantar a semente.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020, contando, igualmente, com apoio financeiro dessa agência no âmbito do programa n. UI/BD/150969/2021. Agradecemos aos pareceristas pelos comentários valiosos e à Sandra Nagano pela revisão cuidadosa, que tanto contribuíram para melhorar este artigo.



Referências

- Acsehrad H, Mello CCA, Bezerra GN 2009. *O Que É Justiça Ambiental?* Garamond, Rio de Janeiro, 160 pp.
- Agyeman J, Schlosberg D, Craven L, Matthews C 2016. Trends and Directions in Environmental Justice: From Inequity to Everyday Life, Community, and Just Sustainabilities. *Annual Review of Environment and Resources* 41: 321–40. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-110615-090052>.
- Alimonda H 2005. *Ecología Política - Naturaleza, Sociedad y Utopía*. Digital. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, 391 pp.
- . 2011. *La Naturaleza Colonizada. Ecología Política y Minería En América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 331 pp.
- . 2015. Ecología Política Latinoamericana y Pensamiento Crítico: Vanguardias Arraigadas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 35: 161–68. <https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.44557>.
- Althor G, Witt B 2020. A Quantitative Systematic Review of Distributive Environmental Justice Literature: A Rich History and the Need for an Enterprising Future. *Journal of Environmental Studies and Sciences* 10(1): 91–103. <https://doi.org/10.1007/s13412-019-00582-9>.
- Amuzu D 2018. Environmental Injustice of Informal E-Waste Recycling in Agbogbloshie-Accra: Urban Political Ecology Perspective. *Local Environment* 23 (6): 603–18. <https://doi.org/10.1080/13549839.2018.1456515>.
- Andrew M, Challies E, Howson P, Astuti R, Dixon R, Haalboom B, Gavin M, Tacconi L, Afiff S 2015. Beyond Carbon, More than Forest? REDD+ Governmentality in Indonesia. *Environment and Planning A* 47 (1): 138–55. <https://doi.org/10.1068/a140054p>.
- Apostolopoulou E, Drakou EG, Santoro F, Pantis JD 2012. Investigating the Barriers to Adopting a ‘human-in-Nature’ View in Greek Biodiversity Conservation. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology* 19 (6): 515–25. <https://doi.org/10.1080/13504509.2012.707991>.
- Benjaminsen TA, Svarstad H 2018. Political Ecology. In B Fath. *Encyclopedia of Ecology*. Elsevier Ltd., p. 391-396. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-409548-9.10608-6>.
- Bertuzzi N 2020. Normalising the ‘Alter-Europe’ or Going beyond ‘This Europe? Italian Environmental Movements’ Perspectives on Europe, Democracy and the Ecological Crisis. *European Journal of Cultural and Political Sociology* 7 (3): 291–315. <https://doi.org/10.1080/23254823.2020.1798262>.
- Bryant RL, ed. 2015. *The International Handbook of Political Ecology*. Cheltenham, UK: Edward Elgar. <https://doi.org/10.4337/9780857936172>.
- Bullard RD 1983. Solid Waste Sites and the Black Houston Community. *Sociological Inquiry* 53 (2–3): 273–88. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1983.tb00037.x>.
- Camisani PB 2018. Sri Lanka: A Political Ecology of Socio-Environmental Conflicts and Development Projects. *Sustainability Science* 13 (3): 693–707. <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0544-7>.
- Carruthers DV., ed. 2008. *Environmental Justice in Latin America: Problemas, Promise, and Practice*. *Environmental Justice*. The MIT Press, 329 pp.
- Cavanagh CJ, Tor AB 2017. Political Ecology, Variegated Green Economies, and the Foreclosure of Alternative Sustainabilities. *Journal of Political Ecology* 24 (1): 200–216. <https://doi.org/10.2458/v24i1.20800>.
- Chakraborty J, Collins TW, Grineski SE 2016. Environmental Justice Research: Contemporary Issues and Emerging Topics. *International Journal of Environmental Research and Public Health* 13(11): 1072 <https://doi.org/10.3390/ijerph13111072>.
- Cooper GS, Willcock S, Dearing JA 2020. Regime shifts occur disproportionately faster in larger ecosystems. *Nat Commun* 11, 1175. <https://doi.org/10.1038/s41467-020-18111-0>.
- Danowski D, Castro EV 2015. *Há Mundo Por Vir? Ensaio Sobre Os Medos e Os Fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie Editora: Instituto Socioambiental, 175 pp.
- Dourish P 2010. HCI and Environmental Sustainability: The Politics of Design and the Design of Politics. In *DIS 2010 - Proceedings of the 8th ACM Conference on Designing Interactive Systems*, 1–10. <https://doi.org/10.1145/1858171.1858173>.
- Eck NJ van, Waltman L 2010. Software Survey: VOSviewer, a Computer Program for Bibliometric Mapping. *Scientometrics* 84 (2): 523–38. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>.
- Escobar A 1996. Construction Nature: Elements for a Post-Structuralist Political Ecology. *Futures* 28 (4): 325–43. [https://doi.org/10.1016/0016-3287\(96\)00011-0](https://doi.org/10.1016/0016-3287(96)00011-0).
- Global Footprint Network (2020, August 17). Delayed Earth Overshoot Day points to opportunities to build future in harmony with our finite planet. Overshoot Day. Available from: <https://www.overshootday.org/newsroom/press-release-august-2020-english/>



- Grant MJ, Booth A 2009. A Typology of Reviews: An Analysis of 14 Review Types and Associated Methodologies. *Health Information and Libraries Journal* 26 (2): 91–108. <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>.
- Guha R 1990. *The Unquiet Woods – Ecological Change and Peasant Resistance in the Himalaya*. Berkeley, University of California Press.
- Hilbert A, Werner M 2016. Turn up the Heat! Contesting Energy Poverty in Buffalo, NY. *Geoforum* 74 (August): 222–32. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2016.06.009>.
- Holifield R 2015. Environmental Justice. In *Routledge Handbook of Political Ecology*, edited by Tom Perreault, Gavin Bridge, and James McCarthy.
- IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change (2018, October 8). Summary for Policymakers of IPCC Special Report on Global Warming of 1.5°C approved by governments. IPCC Press Release. Available from: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/11/pr_181008_P48_spm_en.pdf
- Kallis G, Gómez-Baggethun E, Zografos C 2013. To Value or Not to Value? That Is Not the Question. *Ecological Economics* 94: 97–105. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2013.07.002>.
- Krings T 2008. Political ecology. Elements of a geographical concept to understand nature-society relations. *Geographische Rundschau* 60(12):4-9
- Leff E 2001. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Petrópoles, Vozes, 343 pp.
- London JK 2016. Environmental Justice and Regional Political Ecology Converge in the Other California. *Journal of Political Ecology* 23 (1): 147–58. <https://doi.org/10.2458/v23i1.20186>.
- Martin A 2013. Global Environmental in/Justice, in Practice: Introduction. *Geographical Journal* 179 (2): 98–104. <https://doi.org/10.1111/geoj.12021>.
- Martinez-Alier J 2002. *The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation*. Edward Elgar Publishing Limited, 343 pp. <https://doi.org/10.1037/h0080871>.
- Martinez-Alier J, Temper L, Del Bene D, Scheidel A 2016. Is There a Global Environmental Justice Movement? *Journal of Peasant Studies* 43 (3): 731–55. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1141198>.
- Menton M, Larrea C, Latorre S, Martinez-Alier J, Peck M, Temper L, Walter M 2020. Environmental Justice and the SDGs: From Synergies to Gaps and Contradictions. *Sustainability Science* 15 (6): 1621–36. <https://doi.org/10.1007/s11625-020-00789-8>.
- Mikulewicz M 2019. Thwarting Adaptation's Potential? A Critique of Resilience and Climate-Resilient Development. *Geoforum* 104: 267–82. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.05.010>.
- Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, Shamseer L, et al. 2021. The PRISMA 2020 Statement: An Updated Guideline for Reporting Systematic Reviews. *Systematic Reviews* 10 (1): n160. <https://doi.org/10.1186/s13643-021-01626-4>.
- Peet R, Robbins WP, Watts TM, ed. 2010. *Global Political Ecology*. *Global Political Ecology*. Routledge, 444 pp. <https://doi.org/10.4324/9780203842249>.
- Porto MF 2019. Emancipatory Promotion of Health: Contributions from Brazil in the Context of the Global South. *Health Promotion International* 34 (March): I56–64. <https://doi.org/10.1093/heapro/day086>.
- Ribeiro AI 2019. Existe Justiça Ambiental Em Portugal? Comparando as Geografias Da Privação Social e Ambiental. 2019 abr [about 2 p.] Available from: <http://www.barometro.com.pt/2019/04/17/existe-justica-ambiental-em-portugal-comparando-as-geografias-da-privacao-social-e-ambiental/>.
- Rincón VR, Martínez-Alier J, Mingorria S 2019. Environmental Conflicts Related to Urban Expansion Involving Agrarian Communities in Central Mexico. *Sustainability (Switzerland)* 11 (23): 6545. <https://doi.org/10.3390/su11236545>.
- Rose J 2014. Ontologies of Socioenvironmental Justice: Homelessness and the Production of Social Natures. *Journal of Leisure Research* 46 (3): 252–71. <https://doi.org/10.1080/00222216.2014.11950325>.
- Schaefer F, Luksch U, Steinbach N, Cabeça J, Hanauer J 2006. Ecological Footprint and Biocapacity - The world's ability to regenerate resources and absorb waste in a limited time period. Working paper and studies. Office for Official Publications of the European Communities.
- Schlosberg D 2007. *Defining Environmental Justice: Theories, Movements, and Nature*. Oxford University Press, 256 pp. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199286294.001.0001>.
- Seghezzo L, Huaranca LL, Vega ML, Jeckeln GV, Avalos MA, Iribarnegaray MA, Volante JN, et al. 2020. Sustainable Farmers, Deficient State? Self-Reported Agricultural Sustainability in the Argentine Chaco Region. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/14735903.2020.1793645>.



- Stevis D, Felli R 2015. Global Labour Unions and Just Transition to a Green Economy. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics* 15 (1): 29–43. <https://doi.org/10.1007/s10784-014-9266-1>.
- Svarstad H, Benjaminsen TA 2020. Reading Radical Environmental Justice through a Political Ecology Lens. *Geoforum* 108: 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.11.007>.
- Taylor DE 2000. The Rise of the Environmental Justice Paradigm: Injustice Framing and the Social Construction of Environmental Discourses. *American Behavioral Scientist* 43 (4): 508–80. <https://doi.org/10.1177/0002764200043004003>.
- Temper L, del Bene D, Martínez-Alier J 2015. Mapping the Frontiers and Front Lines of Global Environmental Justice: The EJAtlas. *Journal of Political Ecology* 22 (1): 254–78. <https://doi.org/10.2458/v22i1.21108>.
- Teran-Mantovani E 2018. Inside and beyond the Petro-State Frontiers: Geography of Environmental Conflicts in Venezuela's Bolivarian Revolution. *Sustainability Science* 13 (3): 677–91. <https://doi.org/10.1007/s11625-017-0520-7>.
- Vayda A, Walters B 1999. Against Political Ecology. *Human Ecology (Dordrecht)* 27 (1): 167–79. <https://doi.org/10.1023/A:1018713502547>.
- Veuthey S, Gerber JF 2012. Accumulation by Dispossession in Coastal Ecuador: Shrimp Farming, Local Resistance and the Gender Structure of Mobilizations. *Global Environmental Change* 22 (3): 611–22. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.10.010>.
- Wayessa GO, Nygren A 2016. Whose Decisions, Whose Livelihoods? Resettlement and Environmental Justice in Ethiopia. *Society and Natural Resources* 29 (4): 387–402. <https://doi.org/10.1080/08941920.2015.1089612>.
- Wolf E 1966. *Peasants*. New Jersey, Prentice Hall, 128 pp.
- . 1972. Ownership and political ecology. *Anthropological Quarterly*, 45 (3): 201-205.
- Xiao Y, Watson M 2019. Guidance on Conducting a Systematic Literature Review. *Journal of Planning Education and Research* 39 (1): 93-112. <https://doi.org/10.1177/0739456X17723971>.
- Zupic I, Čater T 2015. Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods* 18 (3): 429–72. <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>.